MASSACHUSETTS
Department of
Early Education and Care

Sessão informativa sobre a Lei PROTECT

Treinamento sobre orientações e políticas

22 de setembro de 2026 e 1º de outubro de 2026

Apresentado por:

- Departamento de Educação e Cuidados Infantis (EEC)
- Escritório de Refugiados e Imigrantes (ORI)
- Unidade de Justiça Infantil (CJU) na Procuradoria-Geral (AGO)

Esta apresentação tem caráter meramente informativo. Para orientação jurídica, entre em contato com um advogado.

Informamos que a AGO não autoriza os participantes a gravar ou usar ferramentas de transcrição por IA durante a reunião, e a AGO não endossa quaisquer transcrições não autorizadas de suas reuniões criadas por terceiros.

Esta apresentação tem caráter meramente informativo. Para orientação jurídica, entre em contato com um advogado.

Esta apresentação tem caráter meramente informativo. Para orientação jurídica, entre em contato com um advogado.

Palestrantes

- **Erica Morin**
  Diretora Jurídica, Educação e Cuidados Infantis (EEC)
- **Susan Church**
  Diretora de Operações e Consultora Jurídica, Escritório de Refugiados e Imigrantes (ORI)
- **Casey Thomson**
  Procuradora-Geral Adjunta, Unidade de Justiça Infantil/Divisão de Direitos Civis, Procuradoria-Geral (AGO)

Introdução à Lei PROTECT

Esta apresentação tem caráter meramente informativo. Para orientação jurídica, entre em contato com um advogado.

Esta apresentação tem caráter meramente informativo. Para orientação jurídica, entre em contato com um advogado.

O que é a Lei PROTECT?

No dia 5 de agosto de 2026, a governadora Maura Healey **sancionou** a **Lei PROTECT** em Massachusetts. A lei:



Limita a cooperação da **polícia estadual e municipal** com as autoridades federais de aplicação da lei.



Restringe o uso de recursos públicos, pessoal e instalações estaduais e locais para auxiliar na fiscalização civil federal de imigração.



Restringe prisões civis por questões de imigração sem mandado judicial em escolas públicas, creches, unidades de saúde, fóruns/tribunais e propriedades estaduais.

Esta apresentação tem caráter meramente informativo. Para orientação jurídica, entre em contato com um advogado.

O que mudou para os prestadores do EEC?

A Lei Protect estabelece os seguintes requisitos para programas licenciados e financiados pelo EEC:

- **Proíbe prisões civis** pelo ICE ou por outras autoridades de aplicação da lei nas **Instalações dos Prestadores do EEC** durante o horário normal de atendimento, nos horários de entrada e saída das crianças e em eventos patrocinados pelo programa, *a menos que* os agentes possuam um mandado judicial ou uma ordem judicial.
- Exige que os Prestadores do EEC adotem e implementem uma **política por escrito** para orientar todas as interações com as autoridades de aplicação da lei, incluindo agentes do ICE, envolvidas em atividades de fiscalização civil.
- Estabelece um **mecanismo de fiscalização** por meio da Procuradoria-Geral.

Esta apresentação tem caráter meramente informativo. Para orientação jurídica, entre em contato com um advogado.

Principais definições



Horário de funcionamento

O horário regular de atendimento do Prestador do EEC, os períodos de entrada e saída das crianças e os eventos patrocinados pelo programa.



Instalações do prestador do EEC

Uma residência particular ou instalação licenciada ou financiada pelo EEC para a educação e o cuidado de crianças, incluindo espaços ao ar livre nos quais a residência ou instalação esteja localizada. Durante o horário de funcionamento e eventos patrocinados pelo prestador, essas instalações não são de acesso público.



Mandados judiciais

Assinados por juízes e conterão o nome do tribunal (por exemplo, Estado de Massachusetts ou Tribunal Distrital dos Estados Unidos) na parte superior. Esses são os únicos mandados que permitem o acesso do ICE às instalações do EEC.

Esta apresentação tem caráter meramente informativo. Para orientação jurídica, entre em contato com um advogado.

Visão geral da Lei PROTECT

PRISÕES CIVIS

Exceto quando exigido pela legislação estadual ou federal, ou conforme necessário para que o estado… administre um programa apoiado ou financiado pelo estado ou pelo governo federal, ***não serão permitidas prisões para fins de aplicação da lei civil nas instalações de creches licenciadas ou financiadas pelo departamento, creches familiares, programas de cuidados para crianças em idade escolar ou instituições de acolhimento em grupo, sem mandado judicial ou ordem judicial.*** *M.G.L. c. 15D, § 23(b).*

- Caso agentes da lei realizem uma prisão civil nessas áreas, violando a Lei PROTECT, ninguém deve tentar interferir fisicamente.
- Em vez disso, a equipe presente no local deve seguir as orientações para testemunhas, a fim de documentar a interação.
- Após a saída dos agentes da lei das instalações, o Prestador do EEC deve relatar o incidente à Divisão de Direitos Civis da Procuradoria-Geral e ao Portal Federal de Conduta Imprópria de Massachusetts.

Esta apresentação tem caráter meramente informativo. Para orientação jurídica, entre em contato com um advogado.

Visão geral da Lei PROTECT

POLÍTICA POR ESCRITO

- A Lei exige que os Prestadores do EEC adotem e implementem uma política por escrito relativa às interações com agentes da lei envolvidos na aplicação da lei civil.
- Em 21 de agosto, o EEC, em colaboração com o Gabinete da Governadora, a Secretaria Executiva de Educação (EOE) e a Procuradoria-Geral, divulgou orientações sobre esta lei, bem como um modelo de política.
- Esses novos requisitos da lei entraram em vigor em **1º de setembro de 2026**.
- Orientações para prestadores de cuidados infantis e instituições residenciais relacionadas à interação com agentes responsáveis pela aplicação da lei civil
- Recursos da Lei PROTECT para os programas do EEC – disponíveis em inglês, chinês simplificado, crioulo haitiano, português do Brasil, espanhol e vietnamita

Orientações e requisitos para Prestadores do EEC

Esta apresentação tem caráter meramente informativo. Para orientação jurídica, entre em contato com um advogado.

Esta apresentação tem caráter meramente informativo. Para orientação jurídica, entre em contato com um advogado.

Política por escrito: Requisitos

A política *deve* incluir:

(i) **Pessoa(s) de contato designada(s)** a ser(em) avisada(s) caso um agente envolvido na aplicação da lei civil chegue ao local ou solicite qualquer informação;

(ii) **Procedimentos para documentar todas as interações com os agentes**, incluindo por meio de anotações manuscritas, gravação em vídeo e fotografias; e

(iii) **Procedimentos para notificação** quando um agente solicitar qualquer informação relacionada a qualquer indivíduo em um programa de cuidados infantis ou residencial.

M.G.L. c. 15D, § 23 (c).*

***Quaisquer políticas existentes para interação com os agentes da lei devem ser atualizadas para incluir esses três elementos.**

Esta apresentação tem caráter meramente informativo. Para orientação jurídica, entre em contato com um advogado.

Requisitos da política

PESSOA(S) DE CONTATO DESIGNADA(S)

“Pessoa de contato designada” significa o indivíduo identificado pelo Programa como tendo a responsabilidade principal de responder à presença de, ou a solicitações de informações por parte de, agentes da lei envolvidos na aplicação da lei civil.

Designar uma pessoa de contato

- O indivíduo deve estar presente no local
- Recomenda-se que o administrador ou gerente de maior hierarquia presente no local atue como a principal pessoa de contato designada
- Pessoas diferentes podem atuar como pessoa de contato designada em diferentes momentos do dia
- Considere fortemente nomear pelo menos uma pessoa de contato designada “substituta”

Esta apresentação tem caráter meramente informativo. Para orientação jurídica, entre em contato com um advogado.

Requisitos da política

PROTOCOLO DE ESCALONAMENTO

Deve incluir procedimentos sobre como os funcionários, a equipe e os administradores do programa devem reagir caso agentes da lei cheguem ao local e a quem notificar (o "**protocolo de escalonamento**").

Requisitos

- Certificar-se de que a equipe/funcionários estejam cientes do protocolo e saibam como entrar em contato com as pessoas responsáveis.
- O protocolo deve ser simples, fácil de lembrar e consistente com os procedimentos utilizados em outras circunstâncias.
- O protocolo deve incluir determinadas instruções (consulte a Orientação(pág. 4-5, para obter a lista completa).
- Se aplicável: Revisar os contratos de transporte do programa e comunicar as políticas e protocolos para motoristas próximos a uma parada de transporte.

Recomendações

- Discutir os diversos cenários em que podem ocorrer interações nas instalações — preparar protocolos para esses cenários.
- Incluir orientações específicas para determinados cargos da equipe (por exemplo, equipe de atendimento ao público) que possam ter mais probabilidade de interagir com os agentes.
- Atualizar as políticas de resposta a emergências existentes para garantir a segurança das crianças ou dos residentes no caso de qualquer tipo de atividade de aplicação da lei nas instalações do Prestador do EEC ou nas proximidades.

Esta apresentação tem caráter meramente informativo. Para orientação jurídica, entre em contato com um advogado.

Requisitos da política

DOCUMENTAÇÃO DE INTERAÇÕES

A política **deve** incluir procedimentos para documentar todas as interações com agentes responsáveis pela aplicação da lei civil.

Por exemplo, deve-se documentar quando:

- Um agente da lei civil chegar ao local do programa;
- Um agente solicitar acesso a um residente, membro da família, funcionário ou outra pessoa ligada ao programa;
- Um agente solicitar registros ou informações sobre o programa, um residente, membro da família, funcionário ou outra pessoa;
- O programa receber um mandado judicial, intimação, ordem judicial ou do tribunal, mandado administrativo, mandado de detenção ou documento jurídico semelhante relacionado à aplicação da lei civil; e
- A equipe tomar conhecimento de qualquer outra forma de atividade de aplicação da lei civil que afete o programa, incluindo a presença de agentes responsáveis pela aplicação da lei civil nas proximidades do programa.

Esta apresentação tem caráter meramente informativo. Para orientação jurídica, entre em contato com um advogado.

Requisitos da política

DOCUMENTAÇÃO DE INTERAÇÕES, CONTINUAÇÃO

- Todos são incentivados a esperar até se sentirem seguros para escrever o que aconteceu.
  - Isso pode ocorrer após os agentes da lei deixarem o local.
- Anote o que você se lembra do incidente. (Consulte as Orientações, pág. 7-8, para ver informações que devem ser consideradas para inclusão no registro).
- Utilize um formulário existente ou crie um novo para registrar as interações e mantenha esses registros como faria com qualquer outro registro do programa, normalmente. (Modelo: Apêndice B: Exemplo de documentação de interação com agentes responsáveis pela aplicação da lei civil).
- As pessoas que presenciarem a interação, incluindo funcionários e equipe, poderão gravar em vídeo abertamente (não secretamente), mas não deverão interferir.
- Recomendação: Relatar o incidente à Divisão de Direitos Civis da Procuradoria-Geral e ao Portal Federal de Conduta Imprópria de Massachusetts.

Esta apresentação tem caráter meramente informativo. Para orientação jurídica, entre em contato com um advogado.

Recomendações da política

LISTAS DE VERIFICAÇÃO, CONVERSAS PROATIVAS COM ADVOGADOS, COMO IDENTIFICAR UM MANDADO



Considere elaborar listas de verificação e textos pré-aprovados para que funcionários, equipe, administradores e a(s) pessoa(s) de contato designada(s) utilizem ao interagir com agentes da lei envolvidos na aplicação da lei civil

Exemplos de "*Textos Aprovados*" disponíveis nas *Orientações*, p. 6



Consulte seu advogado (caso tenha um) sobre como entrar em contato com ele em caso de emergência e também sobre o estabelecimento de políticas, procedimentos e práticas relacionados à Lei PROTECT.



Inclua em suas políticas e procedimentos escritos informações sobre como identificar um Mandado Judicial ou Ordem Judicial válidos. (Consulte as Orientações, pág. 7, para obter mais informações e consulte o Apêndice A (Exemplos de Mandados Judiciais e Mandados Administrativos) para ver exemplos de mandados)

Esta apresentação tem caráter meramente informativo. Para orientação jurídica, entre em contato com um advogado.

Requisitos da política

PROTEÇÃO DE INFORMAÇÕES PESSOAIS IDENTIFICÁVEIS (PII)

Os Prestadores do EEC **devem** proteger as informações pessoais das crianças ou residentes sob seus cuidados e **devem** garantir a segurança e a proteção dos dados e registros pessoais de seus funcionários.

Os Prestadores do EEC **não podem** divulgar a terceiros, incluindo autoridades policiais locais ou federais, seja verbalmente ou por escrito, as informações pessoais* de crianças ou residentes sob seus cuidados OU de funcionários, a menos que:

- O programa tenha o consentimento específico e informado dos pais ou responsáveis (ou do funcionário);
- Isso ocorra em conformidade com um mandado judicial, ordem judicial ou intimação; ou
- Haja uma emergência de saúde e segurança.

*Exemplos: nome da criança, nome dos pais/responsáveis ou familiares da criança, endereço residencial, número de seguridade social, data de nascimento ou local de nascimento.

Esta apresentação tem caráter meramente informativo. Para orientação jurídica, entre em contato com um advogado.

Considerações sobre a política

PROTEÇÃO DE INFORMAÇÕES PESSOAIS IDENTIFICÁVEIS (PII)

Os Prestadores do EEC **devem** proteger as informações pessoais das crianças ou residentes sob seus cuidados e **devem** garantir a segurança e a proteção dos dados e registros pessoais de seus funcionários.

PORÉM: O ICE pode realizar uma **auditoria do formulário I-9** para analisar os formulários I-9 do empregador. Caso seja solicitado, você deverá fornecer esses formulários de emprego. Os empregadores que receberem notificação de uma auditoria do formulário I-9 devem notificar por escrito cada funcionário sobre a solicitação no prazo de 48 horas após o recebimento da notificação de auditoria do formulário I-9. *Ver* Lei de 2026, c. 163, §8.

Para mais informações: Orientações para Prestadores do EEC sobre a interação com agentes responsáveis pela aplicação da lei civil e a proteção das informações de funcionários e crianças sob seus cuidados

Esta apresentação tem caráter meramente informativo. Para orientação jurídica, entre em contato com um advogado.

Considerações sobre a política

Notificação aos pais, planos para cuidadores e políticas de visitas

Notificação aos pais	Planos para cuidadores	Política de Visitas
• Informar os pais e responsáveis das crianças ou residentes, professores, administradores e funcionários do prestador quando houver agentes no local. **(Recomendado)** • Caso agentes da lei tentem contatar ou buscar informações sobre uma criança/residente da creche, o programa deve informar imediatamente os pais ou responsáveis. **(Obrigatório)** • Exemplo de notificação para cuidadores (Anexo C) após um incidente.	• Assim que possível, elaborar um plano para atualizar e revisar a rede de custódia registrada: – Atualizar as informações de contato de emergência, os contatos de cuidadores alternativos e os contatos autorizados para buscar as crianças e residentes — incluindo a opção de listar mais de um contato de emergência – Manter esses registros em arquivo • Guia de Planejamento de Emergência para Pais com Situação Imigratória Incerta (disponível em espanhol, português, crioulo haitiano, chinês simplificado) • Folheto Informativo para Pais com Situação Migratória Incerta (disponível em espanhol, português, crioulo haitiano, chinês simplificado)	• Adotar políticas (ou procedimentos) por escrito para visitantes que especifiquem as restrições aplicáveis. • OBSERVAÇÃO: Essas restrições devem se aplicar igualmente a todos os visitantes — ou seja, a política (ou procedimento) para visitantes não faz distinção entre agentes envolvidos na aplicação da lei civil e outros tipos de visitantes.

Recapitulação: Conheça seus direitos

Esta apresentação tem caráter meramente informativo. Para orientação jurídica, entre em contato com um advogado.

Esta apresentação tem caráter meramente informativo. Para orientação jurídica, entre em contato com um advogado.

Autoridade do ICE

VISÃO GERAL

O ICE está sujeito a regras diferentes, mas semelhantes, às de outras agências de aplicação da lei

O ICE é uma agência federal de aplicação da lei

A autoridade do ICE é geralmente limitada à aplicação da lei relacionada à imigração, a menos que atue em conjunto com agências de aplicação da lei federais ou estaduais, ou investigue crimes por meio das unidades de investigação criminal do ICE

- Ao realizar suas atividades de aplicação da lei, os agentes do ICE devem seguir regras diferentes, mas semelhantes, às de outras agências de aplicação da lei.
- Os agentes do ICE devem respeitar as restrições constitucionais, bem como as restrições estabelecidas por leis, regulamentos e políticas.
- As pessoas que interagem com o ICE têm direitos, incluindo (i) o direito de permanecer em silêncio; e (ii) o direito a um advogado – embora o ICE não seja obrigado a providenciar um.

Esta apresentação tem caráter meramente informativo. Para orientação jurídica, entre em contato com um advogado.

Autoridade do ICE

VISÃO GERAL

O ICE está sujeito a regras diferentes, mas semelhantes, às de outras agências de aplicação da lei

O ICE pode exigir identificação:

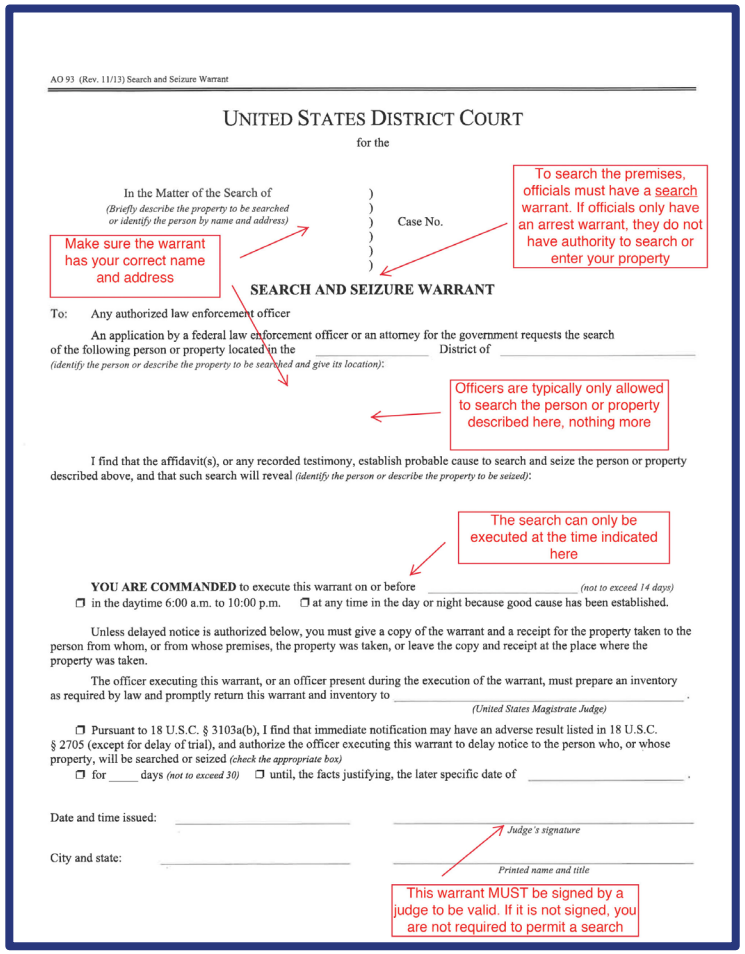
- Os imigrantes geralmente devem portar documentos de identificação, incluindo cópias do green card e/ou comprovante de registro.
- Dependendo dos fatos e das circunstâncias, os agentes do ICE, quando tiverem motivos razoáveis para acreditar que uma pessoa está no país ilegalmente, podem solicitar um documento de identificação.

O ICE pode interrogar:

- Os agentes do ICE podem interrogar um não cidadão ou uma pessoa que se acredita ser um não cidadão sobre seu "direito de estar ou permanecer nos Estados Unidos" sem um mandado judicial. *(OBSERVAÇÃO: os indivíduos têm o direito de permanecer em silêncio e de ter um advogado, mesmo que sejam indocumentados).*
- O ICE não pode abordar nenhum indivíduo com base apenas na raça ou nacionalidade. Entretanto, o ICE pode abordar uma pessoa com base em fatores desconhecidos para a pessoa interrogada.

Esta apresentação tem caráter meramente informativo. Para orientação jurídica, entre em contato com um advogado.

Mandados Judiciais vs. Mandados Administrativos



AO 93 (Rev. 11/13) Search and Seizure Warrant

UNITED STATES DISTRICT COURT

for the

In the Matter of the Search of
(Briefly describe the property to be searched or identify the person by name and address)
) Case No.

Make sure the warrant has your correct name and address

To search the premises, officials must have a search warrant. If officials only have an arrest warrant, they do not have authority to search or enter your property

SEARCH AND SEIZURE WARRANT

To: Any authorized law enforcement officer

An application by a federal law enforcement officer or an attorney for the government requests the search of the following person or property located in the _____ District of _____
(identify the person or describe the property to be searched and give its location):

Officers are typically only allowed to search the person or property described here, nothing more

I find that the affidavit(s), or any recorded testimony, establish probable cause to search and seize the person or property described above, and that such search will reveal *(identify the person or describe the property to be seized):*

The search can only be executed at the time indicated here

YOU ARE COMMANDED to execute this warrant on or before _____ *(not to exceed 14 days)*
❒ in the daytime 6:00 a.m. to 10:00 p.m. ❒ at any time in the day or night because good cause has been established.

Unless delayed notice is authorized below, you must give a copy of the warrant and a receipt for the property taken to the person from whom, or from whose premises, the property was taken, or leave the copy and receipt at the place where the property was taken.

The officer executing this warrant, or an officer present during the execution of the warrant, must prepare an inventory as required by law and promptly return this warrant and inventory to _____
(United States Magistrate Judge)

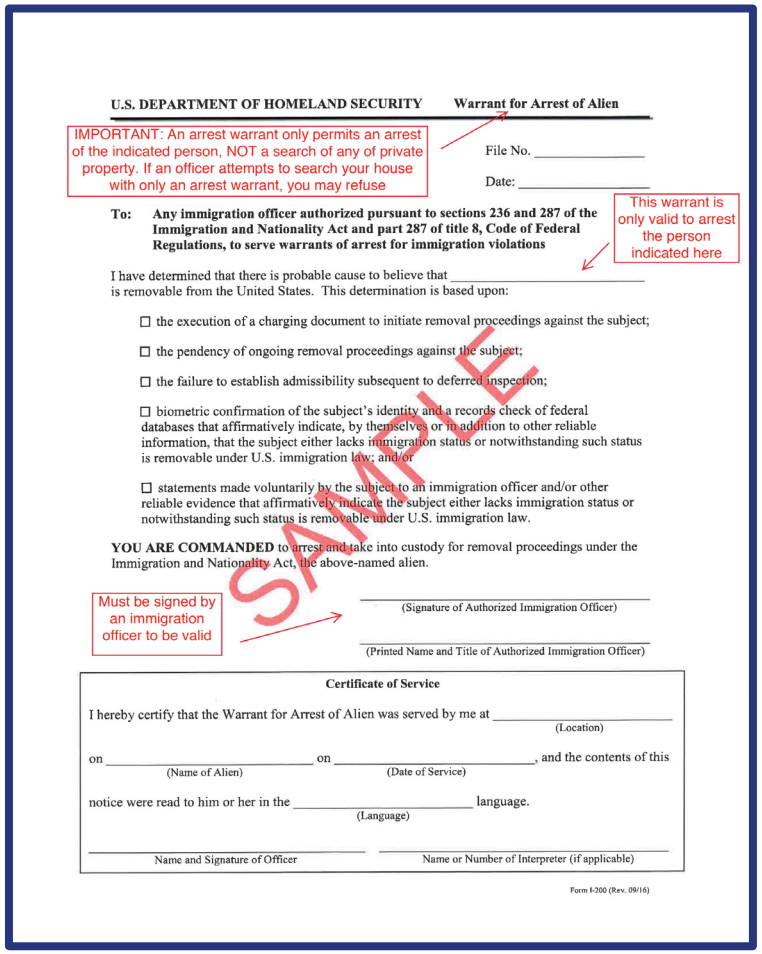
❒ Pursuant to 18 U.S.C. § 3103a(b), I find that immediate notification may have an adverse result listed in 18 U.S.C. § 2705 (except for delay of trial), and authorize the officer executing this warrant to delay notice to the person who, or whose property, will be searched or seized *(check the appropriate box)*
❒ for ____ days *(not to exceed 30)* ❒ until, the facts justifying, the later specific date of _____

Date and time issued: _____ _____
Judge's signature

City and state: _____ _____
Printed name and title

This warrant MUST be signed by a judge to be valid. If it is not signed, you are not required to permit a search

Os mandados judiciais ***devem*** **ser assinados por um juiz** e indicar o nome, endereço e horário corretos.



U.S. DEPARTMENT OF HOMELAND SECURITY **Warrant for Arrest of Alien**

IMPORTANT: An arrest warrant only permits an arrest of the indicated person, NOT a search of any of private property. If an officer attempts to search your house with only an arrest warrant, you may refuse

File No. _____

Date: _____

This warrant is only valid to arrest the person indicated here

To: Any immigration officer authorized pursuant to sections 236 and 287 of the Immigration and Nationality Act and part 287 of title 8, Code of Federal Regulations, to serve warrants of arrest for immigration violations

I have determined that there is probable cause to believe that _____ is removable from the United States. This determination is based upon:

☐ the execution of a charging document to initiate removal proceedings against the subject;

☐ the pendency of ongoing removal proceedings against the subject;

☐ the failure to establish admissibility subsequent to deferred inspection;

☐ biometric confirmation of the subject's identity and a records check of federal databases that affirmatively indicate, by themselves or in addition to other reliable information, that the subject either lacks immigration status or notwithstanding such status is removable under U.S. immigration law; and/or

☐ statements made voluntarily by the subject to an immigration officer and/or other reliable evidence that affirmatively indicate the subject either lacks immigration status or notwithstanding such status is removable under U.S. immigration law.

YOU ARE COMMANDED to arrest and take into custody for removal proceedings under the Immigration and Nationality Act, the above-named alien.

SAMPLE

Must be signed by an immigration officer to be valid

_____
(Signature of Authorized Immigration Officer)

_____
(Printed Name and Title of Authorized Immigration Officer)

Certificate of Service

I hereby certify that the Warrant for Arrest of Alien was served by me at _____ (Location)

on _____ (Name of Alien) on _____ (Date of Service), and the contents of this notice were read to him or her in the _____ (Language) language.

_____ Name and Signature of Officer

_____ Name or Number of Interpreter (if applicable)

Form I-200 (Rev. 09/16)

Os mandados administrativos *NÃO* permitem a entrada do ICE em nenhum Centro do EEC

Esta apresentação tem caráter meramente informativo. Para orientação jurídica, entre em contato com um advogado.

Direitos e responsabilidades dos funcionários como testemunhas

- Você pode testemunhar uma prisão pública
- Interferir fisicamente ou repreender verbalmente o ICE pode ter consequências adversas tanto para você quanto para o imigrante
- Você tem o direito de testemunhar e documentar, inclusive por vídeo
- Você pode ajudar promovendo a calma
- Você tem o direito de permanecer em silêncio caso o ICE lhe faça alguma pergunta
- Você pode perguntar à pessoa que está sendo presa se ela deseja que você ligue para alguém em seu nome

Esta apresentação tem caráter meramente informativo. Para orientação jurídica, entre em contato com um advogado.

Portal Federal de Conduta Imprópria: Se vir algo, diga algo

Os advogados e veículos de comunicação precisam de informações específicas e verificadas

O que procuramos?

- Paradas aleatórias, fiscalização não direcionada
- Violência contra imigrantes
- Lesões ou maus-tratos a crianças
- Lesões ou maus-tratos a mulheres grávidas
- Residentes de longa data, portadores de green card, pessoas sem antecedentes criminais
- Comportamentos humilhantes ou ultrajantes
- Violência contra transeuntes

Relatórios:

Portal Federal de Conduta Imprópria do Governo de Massachusetts e da Procuradoria-Geral

Esta apresentação tem caráter meramente informativo. Para orientação jurídica, entre em contato com um advogado.

Apoio da comunidade: Portal para denunciar conduta imprópria de agentes federais

Denuncie conduta imprópria de agentes federais

Mass.gov/fedmisconduct

Use este formulário para denunciar ações potencialmente ilegais ou conduta imprópria por parte do ICE ou de outros agentes federais responsáveis pela aplicação das leis de imigração.

Cenários

Esta apresentação tem caráter meramente informativo. Para orientação jurídica, entre em contato com um advogado.

Esta apresentação tem caráter meramente informativo. Para orientação jurídica, entre em contato com um advogado.

Princípios gerais para prestadores de cuidados infantis

1

MANTENHA A CALMA

Não obstrua. Entre em contato com o administrador designado

2

SOLICITE UM MANDADO E IDENTIFICAÇÃO

Solicite um crachá/identificação e um mandado judicial ou ordem judicial

3

LIMITE O ACESSO VERBALMENTE

Nenhuma área privada ou registros confidenciais, a menos que exigido por documentos válidos

4

ENTRE EM CONTATO COM A DIREÇÃO

Encaminhe o caso à direção (e ao departamento jurídico, quando aplicável)

5

DOCUMENTE

Registre os detalhes com segurança e notifique as partes afetadas, conforme necessário

Os funcionários *não devem* interferir fisicamente nas atividades dos agentes

Esta apresentação tem caráter meramente informativo. Para orientação jurídica, entre em contato com um advogado.

Princípios gerais para prestadores de cuidados infantis

Os funcionários do programa, incluindo a pessoa de contato designada, **não devem**:

- obstruir fisicamente ou interferir nas atividades de um agente da lei;
- destruir, ocultar, alterar ou falsificar registros;
- fornecer informações falsas conscientemente;
- aconselhar outra pessoa a fugir de uma prisão legal;
- assinar documentos em nome do programa, a menos que autorizados a fazê-lo; ou
- fornecer voluntariamente acesso a qualquer pessoa ou informação confidencial, contrariando as leis federais ou estaduais e as políticas e procedimentos do EEC.

Esta apresentação tem caráter meramente informativo. Para orientação jurídica, entre em contato com um advogado.

Princípios orientadores para prestadores de cuidados infantis

ANTES de um incidente…	APÓS um incidente…
• Elaborar políticas e protocolos • Treinar todos os funcionários quanto às políticas e protocolos – incluindo o protocolo de escalonamento e outros protocolos de emergência aplicáveis • Determinar quais espaços internos e externos constituem as "instalações do EEC" em sua unidade • Para cada família, certificar-se de que sua creche tenha contatos de emergência e cuidadores alternativos registrados • Compartilhar os recursos do "Plan Ahead" com os pais para que designem cuidadores alternativos em caso de emergência que os impeça de estar disponíveis • Garantir que os funcionários mantenham a sensibilidade em relação a ausências e comportamentos desafiadores que possam estar relacionados a esses fatores de estresse • Oferecer apoio adicional às crianças/residentes, conforme necessário • Se houver uma ameaça iminente à segurança, não hesitar em ligar para o 9-1-1 para obter ajuda.	• Todos os envolvidos devem anotar o que se lembram do incidente; mantenha o registro como faria com outros documentos • Funcionário designado para notificar pais/responsáveis, professores, administradores e equipe (consulte o Apêndice C, Política Modelo do EEC, pág. 13) • Relatar o incidente à Divisão de Direitos Civis da Procuradoria-Geral e ao Portal Federal de Conduta Imprópria de Massachusetts • Realizar uma análise do incidente e rever as políticas e os protocolos de emergência com base nas lições aprendidas

Esta apresentação tem caráter meramente informativo. Para orientação jurídica, entre em contato com um advogado.

Cenário 1: Creche/Programa Residencial

Em um dia em que há crianças presentes em uma creche/programa residencial, o ICE chega ao local e pede para falar com um funcionário específico da creche/programa residencial.

O que os funcionários do Prestador do EEC devem levar em consideração ao se deparar com essa situação?

Esta apresentação tem caráter meramente informativo. Para orientação jurídica, entre em contato com um advogado.

Protocolo de escalonamento

Quando agentes da lei chegam a um programa licenciado ou financiado pelo EEC, os prestadores do EEC devem iniciar seu protocolo de escalonamento:

Etapa 1

Os funcionários orientam os agentes a aguardarem onde estão (de preferência do lado de fora, longe das crianças) enquanto entram em contato com um administrador

Etapa 2

Os funcionários notificam imediatamente o contato designado

Etapa 3

O contato designado liga imediatamente para o advogado do Prestador do EEC e vai ao encontro dos agentes

Etapa 4

O contato designado conversa com os agentes e solicita suas informações de identificação: nomes, agências e números de crachá

Etapa 5

O contato designado pede para ver o mandado e verificar se é judicial ou administrativo (com a ajuda do advogado, se aplicável)

SE NÃO HOUVER MANDADO JUDICIAL: O contato designado informa que foi orientado a não permitir a entrada sem um mandado judicial válido

SE HOUVER MANDADO JUDICIAL: Analise os termos do mandado com um advogado, se possível. Permita o acesso apenas dentro do âmbito do mandado e, se possível, longe de crianças.

Esta apresentação tem caráter meramente informativo. Para orientação jurídica, entre em contato com um advogado.

Cenário 1: Creche/Programa Residencial

Durante o evento

- Siga o protocolo de escalonamento, começando por entrar em contato imediatamente com a pessoa de contato designada
  E
- Siga outros protocolos de emergência aplicáveis
- Não são permitidas prisões civis nas dependências dos Prestadores do EEC durante o horário de funcionamento, a menos que os agentes da lei possuam um Mandado Judicial ou uma Ordem Judicial.
  NO ENTANTO: Se os agentes prosseguirem com a realização ilegal de uma prisão civil, não interfira fisicamente.
- Testemunhas *podem* gravar abertamente (não secretamente) a interação
- Sempre que possível, os funcionários que não estiverem diretamente envolvidos na resposta aos agentes devem permanecer com as crianças e manter as rotinas normais de cuidados.
- Se houver uma ameaça iminente à segurança, ligue para o 9-1-1 para obter ajuda.

Após o evento

- Documente, relate e informe os pais e os funcionários sobre o que ocorreu

É ilegal obstruir, impedir ou agredir um agente do ICE.

Esta apresentação tem caráter meramente informativo. Para orientação jurídica, entre em contato com um advogado.

Cenário 2: Pais/responsáveis na hora de saída das crianças

Na hora de saída das crianças, agentes do ICE chegam ao local e tentam prender um pai ou mãe imediatamente em frente à porta da creche, nas dependências do EEC.

O que os funcionários da creche devem levar em consideração ao se deparar com essa situação?

Esta apresentação tem caráter meramente informativo. Para orientação jurídica, entre em contato com um advogado.

Cenário 2: Pais/responsáveis na hora de saída das crianças

Durante o evento

- Não são permitidas prisões civis nas dependências dos Prestadores do EEC durante o horário de funcionamento, a menos que os agentes da lei possuam um Mandado Judicial ou uma Ordem Judicial.
  NO ENTANTO: Se os agentes realizarem uma prisão civil, não interfira fisicamente
- Siga o protocolo de escalonamento, começando por entrar em contato imediatamente com a pessoa de contato designada
  E
- Siga outros protocolos de emergência aplicáveis
- Testemunhas *podem* gravar abertamente (não secretamente) a interação
- Se houver uma ameaça iminente à segurança, não hesitar em ligar para o 9-1-1 para obter ajuda.

Caso um pai ou mãe seja detido, identifique um cuidador alternativo:

- Siga o protocolo de emergência do programa, incluindo a verificação das informações de contato de emergência da criança, dos contatos autorizados para buscá-la e dos documentos do cuidador alternativo (por exemplo, declaração de autorização do cuidador, representante temporário, responsável alternativo)
- Caso não consiga entrar em contato com um cuidador alternativo, entre em contato com o DCF

Esta apresentação tem caráter meramente informativo. Para orientação jurídica, entre em contato com um advogado.

Cenário 3: Prestador de creche familiar

Um agente do ICE chega à casa de um prestador de creche familiar, bate na porta e pergunta pelo prestador, mencionando o nome da pessoa.

O que prestador creche familiar deve levar em consideração ao se deparar com essa situação?

Esta apresentação tem caráter meramente informativo. Para orientação jurídica, entre em contato com um advogado.

Cenário 3: Prestador de creche familiar

- Não são permitidas prisões civis nas dependências dos Prestadores do EEC durante o horário de funcionamento, a menos que os agentes da lei possuam um Mandado Judicial ou uma Ordem Judicial.
  - Além disso, os agentes da lei não podem acessar o interior de uma residência sem um mandado judicial válido assinado por um juiz.
  - Você não precisa abrir a porta, a menos que lhe seja apresentado um mandado de busca ou de prisão válido
  - Se houver uma ameaça iminente à segurança, os funcionários do programa devem ligar para o 9-1-1 para obter ajuda.

Em raras circunstâncias, os agentes da lei podem identificar uma ameaça clara e imediata à saúde ou à segurança que seja considerada uma exceção à exigência de mandado.

Recursos para os funcionários do EEC e famílias

Esta apresentação tem caráter meramente informativo. Para orientação jurídica, entre em contato com um advogado.

Esta apresentação tem caráter meramente informativo. Para orientação jurídica, entre em contato com um advogado.

Recursos



Orientações atualizadas e modelo de política para **prestadores de cuidados infantis** sobre a implementação da Lei PROTECT



Orientações atualizadas e modelo de política para **programas residenciais** sobre a implementação da Lei PROTECT



Documento resumido sobre a Lei Protect, aplicável aos programas de cuidados infantis do EEC



Recursos adicionais da Lei PROTECT para programas do EEC

Esta apresentação tem caráter meramente informativo. Para orientação jurídica, entre em contato com um advogado.

Recursos jurídicos comunitários

O ORI trabalha em estreita colaboração com prestadores de serviços jurídicos, agências de reassentamento e outras organizações jurídicas para ampliar a capacidade de prestação de serviços jurídicos de imigração no estado.

Projeto Habeas

- E-mail: immigrationhabeasproject@gmail.com

The Legal Representation Fund (LRF)

- Linha direta para pessoas detidas: (617) 637-8195
- Linha direta para familiares e amigos: (617) 396-7143

Serviço de Atendimento (para beneficiários do EA, ex-beneficiários do TPS ou usuários do HomeBase):

- Preencha este formulário , envie um e-mail para ORI-Helpdesk@mass.gov OU acesse o Serviço de Assistência Jurídica | Mass.gov

The Massachusetts Access to Counsel Initiative (MACI)

- Atendimento: (508) 505-4588

Esta apresentação tem caráter meramente informativo. Para orientação jurídica, entre em contato com um advogado.

Recursos jurídicos adicionais sobre imigração

Pode levar algum tempo para encontrar um prestador; utilize organizações de serviços jurídicos confiáveis e verifique as referências.

Diretório de Serviços Jurídicos em Massachusetts:

- Localizador de recursos jurídicos de Massachusetts
  https://masslrf.org/en/home
- Consultas gratuitas na cidade de Boston:
  https://www.boston.gov/departments/immigrant-advancement/free-immigration-consultations
- Linha de apoio à imigração do MIRA:
  https://miracoalition.org/resources/immigration-helpline/

Diretório de Serviços Jurídicos fora de Massachusetts:

- Diretório jurídico da Immigration Advocates Network
  https://www.immigrationadvocates.org/legaldirectory/
- Diretório on-line da Associação Americana de Advogados de Imigração
  https://www.ailalawyer.com/

Esta apresentação tem caráter meramente informativo. Para orientação jurídica, entre em contato com um advogado.

Orientação sobre seus direitos em relação às ações do ICE para imigrantes, famílias e comunidades



THE COMMONWEALTH OF MASSACHUSETTS
OFFICE OF THE ATTORNEY GENERAL
ONE ASHBURTON PLACE
BOSTON, MASSACHUSETTS 02108

ANDREA JOY CAMPBELL
ATTORNEY GENERAL

(617) 727-2200
www.mass.gov/ago

Attorney General Guidance:

KNOW YOUR RIGHTS: ICE Enforcement

A Guide for Immigrants, Families, and Communities

Due to the recent surge in immigration enforcement activity across Massachusetts, the Attorney General's Office (AGO) has received a number of questions about the actions of U.S. Immigration and Customs Enforcement (ICE) agents, the role of local police in immigration enforcement, and the rights people have when they interact with federal immigration officers.

Esta apresentação tem caráter meramente informativo. Para orientação jurídica, entre em contato com um advogado.

Recursos gerais

Muitos documentos de planejamento familiar podem ser preenchidos sem a necessidade de um advogado

- **Planejamento familiar**
  Recursos para imigrantes em Massachusetts | Mass.gov - Site da Procuradoria-Geral de Massachusetts sobre planejamento familiar e não discriminação, incluindo direitos trabalhistas.
- **Guia do ORI**
  Guia de Recursos Comunitários | Mass.gov - Formulários de planejamento familiar em espanhol, crioulo haitiano e português
- **Iniciativa de Apoio Comunitário**
  Agende uma reunião entre os membros da comunidade que você apoia, o ORI e advogados pro bono de direito sucessório e de imigração clicando no link “Request a Meeting” (Solicitar uma Reunião) - https://www.mass.gov/community-resource-toolkit
- **Recursos adicionais para imigrantes no site da Procuradoria-Geral**
  https://www.mass.gov/info-details/resources-for-immigrants-in-massachusetts

Esta apresentação tem caráter meramente informativo. Para orientação jurídica, entre em contato com um advogado.

Quando entrar em contato / Com quem entrar em contato

Procuradoria-Geral - **Para apresentar uma queixa sobre direitos civis junto à** Procuradoria-Geral, acesse www.mass.gov/how-to/file-a-civil-rights-complaint; para dúvidas relacionadas a direitos civis, envie um e-mail para civilrights@mass.gov ou ligue para (617) 963-2917.

- Fiscalização de imigração dentro ou nas proximidades de escolas ou creches
- Detenção de menores de 19 anos

ORI – Entre em contato em situações de emergência específicas. Isso pode incluir:

- Fiscalização de imigração dentro ou nas proximidades de abrigos do EA, escolas, locais de culto ou outros locais sensíveis
- Detenção de um pai/mãe ou cuidador de uma criança com deficiências significativas
- Detenção de um pai/mãe ou cuidador de uma criança que esteja em tratamento médico para uma condição médica grave (como câncer)
- Detenção de um adolescente, jovem ou estudante
- Detenção de indivíduo sem antecedentes criminais, crianças cidadãs dos Estados Unidos e com residência de longa duração nos EUA (aproximadamente mais de 15 anos)
- Outros casos em que haja uma preocupação humanitária significativa, incluindo batidas em locais de trabalho em grande escala ou operações de fiscalização de imigração

EEC – Entre em contato com o seu licenciante. Para mais informações, consulte https://www.mass.gov/child-care-program-licensing.

Perguntas e respostas

As perguntas serão respondidas durante a apresentação ou serão utilizadas para criar materiais futuros a serem divulgados após esta sessão.

Esta apresentação tem caráter meramente informativo. Para orientação jurídica, entre em contato com um advogado.